

Vigilância e censura policial às Escolas de Samba na Ditadura Militar

TAMARA PAOLA DOS SANTOS CRUZ*

Embora haja estudos sobre a história do carnaval e das escolas samba, a maioria destes fazem a análise das origens da festa, das agremiações e do samba. A marginalização deste gênero musical e das escolas, assim como o projeto de nacionalização destes, enquanto expressão cultural do carnaval, de origem popular.

Ao contrário dos estudos acima mencionados, este trabalho se propõe a uma análise das Escolas de Samba durante a Ditadura Militar; enquanto agremiações já consolidadas nacionalmente, considerando a ação da vigilância, espionagem e censura exercidas no período. As agremiações carnavalescas sofreram a ação da polícia política, no que se refere à censura (aos enredos, sambas enredos e toda produção para os desfiles de carnaval) durante o regime militar? *Como e quais mecanismos/procedimentos foram utilizados para a vigiar e censurar as escolas de samba?*

Na busca de caminhos que revelassem indícios e vestígios da ação da polícia política, as escolas de samba analisei a documentação produzida pela polícia política/DOPS,¹ e os vários aparelhos do estado a serviço da vigilância e da censura, além de recorrer às memórias daqueles através de entrevistas, que faziam parte das agremiações e à documentação produzida pelas instituições que representavam as escolas de samba (União, Associação, Federação e Liga das Escolas de Samba). Para um estudo que

¹ A função de polícia política existe no Distrito Federal desde 1900, e neste momento cabia ao chefe de polícia. Ao longo do tempo, essa tarefa foi exercida por diferentes órgãos, servindo a projetos e intenções diversas. O primeiro órgão criado com caráter de polícia política foi o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil, em 1907, substituído nos anos 1920 pela Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, extinta dois anos depois e substituída pela 4ª Delegacia Auxiliar, com uma Seção de Ordem Política e Social, para investigar e controlar associações operárias, anarquistas e comunistas dentre outros. Em 1933 essa Seção da 4ª Delegacia Auxiliar foi reformulada e ampliada transformando-se em Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS) ganhando uma estrutura administrativa complexa (composta por seções de Ordem Política, e de Ordem Social) e adquirindo uma Seção de Arquivo Geral. Em 1944 a DESPPS foi extinta e em seu lugar foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DPPS), subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública. No período estudado, as tarefas de vigilância e repressão política foram assumidas pelas Delegacias de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS), posteriormente substituídas pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Polícia Federal e ao Ministério da Defesa em Brasília. Para mais informações, ver: www.aperj.rj.gov.br/g_del_seg_pol.htm e MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol 12, nº 22, 1998, p.2.

proponho ir além do caráter cultural e popular das escolas de samba cariocas. Compreender as agremiações carnavalescas enquanto campo de ações e disputas entre grupos e forças políticas diversas.

A partir da ditadura militar as polícias políticas já existentes ampliaram seus aparatos de vigilância e criaram novos órgãos especialmente para a repressão ao comunismo e à subversão – inclusive entre as diversões públicas e manifestações culturais populares, como as escolas de samba. A rede de vigilância se formou através de ações dos diversos órgãos policiais e militares durante os anos de 1964 a 1985 teve como base a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, produzida dentro da Escola Superior de Guerra. Doutrina esta, que levou a criação de uma estrutura burocrático-investigativa que tinha como pilar a “suspeita” e a necessária “eliminação do inimigo”, que no imaginário daqueles que apoiaram e participaram do golpe civil-militar eram personificados na figura do comunista (subversivo) com objetivos de implantar no país uma “república sindicalista”.

A criação de um ideário baseado na “*obsessão anticomunista, na obsessão de imposição à sociedade civil da disciplina e hierarquia características do ethos militar, a obsessão persecutória dos divergentes, a obsessão da construção de uma grande potência.*” (FICO, Carlos., p.13) foi aos poucos se consolidando na mentalidade popular. Senso comum que ganhou “eco” na tradição cultural política de direita no país. O amplo controle dos militares sobre a população, exigiu por partes das autoridades a elaboração de uma doutrina que justificasse a estrutura organizacional dos setores investigativos criados e/ou reformulados para o exercício deste controle ditatorial.

Os dois principais mecanismos de repressão utilizados na ditadura militar foram a tortura, isto é, o uso de violência física e psicológica que se tornou método em interrogatórios policiais com o intuito de obter informações sobre atividades de indivíduos e/ou grupos considerados inimigos do país; e o segundo, a repressão preventiva, que:

(...) consistia na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade, prática consolidada pela criação do que foi denominado comunidade de informação [formada por] aqueles que em diversos sistemas políticos e mesmo em diversas relações sociais, não pertencem às elites dirigentes nem aos que a ela fazem oposição, mas demonstram-se dispostos a colaborar, de forma direta ou indireta, com os poderes institucionais (MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl, 1997, p 1-2).

A comunidade de informação pretendia formar uma rede de informações e informantes, com ações que eram coordenadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 para formar uma estrutura coesa e centralizada, subordinando todos os demais órgãos repressivos; como por exemplo: os centros de informações das três armas (marinha, aeronáutica e exército), a polícia federal e as polícias estaduais.

A ideologia ditatorial tinha seus alicerces na burocracia policial – produtora de uma numerosa documentação preocupada em investigar e controlar a circulação de informações no país, dentro e fora das próprias instituições (civis e militares) do governo. As disputas políticas entre os divergentes grupos militares e o endurecimento do regime foram fundamentais para o processo de consolidação de mecanismos de investigação a civis e militares. A ditadura militar e os períodos de radicalização do regime tiveram na Doutrina de Segurança Nacional sua legalização por meio do primeiro e segundo Atos Institucionais e da Constituição de 1967.

A Constituição de 1967, aprovada menos de dois meses antes da posse de Costa e Silva, incorporou boa parte das medidas arbitrárias estabelecidas pelos atos institucionais. A que importa para o entendimento da criação de um setor especificamente voltado para a repressão política foi o postulado de que ‘toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei’(...) o foro militar ficou definitivamente estendido aos civis, nos casos de crimes contra a segurança nacional. Logo, urgia aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na Constituição (...) com a definição de ‘segurança interna’, ‘guerra psicológica’ e ‘guerra revolucionária’, dando forma final ao texto expedido através do decreto-lei, em 13 de maio de 1967. (FICO, Carlos. 2001, p.55)

O Serviço Nacional de Informações (SNI) - principal órgão de investigação, com ligação direta com a presidência - criado com o propósito primeiro de espionagem, a fim de reunir informações que auxiliassem as autoridades governamentais brasileiras na manutenção do que julgavam ser a “ordem estabelecida”. Era preciso combater o “comunismo”, a “subversão” e a “corrupção”, já que, “ninguém estava absolutamente imune” às suas influências. A lógica militar da produção de informações se baseava na possibilidade constante de organização de *conspirações* que pudessem ameaçar ao governo, mesmo através de “inocentes úteis”, daí a necessidade de uma vigilância permanente através de inúmeros órgãos de investigação e informação. Sob estas diretrizes as comunidades de informações formadas por espiões, informantes e

colaboradores civis e militares deveriam estar sempre atentos para a manutenção deste sistema (rede) de informações. (FICO, Carlos. 2001, p:100)

O SNI produzia e mandava produzir informações, não sendo “diretamente” responsável por “operações de segurança”, isto é, operações policiais repressivas (prisões e interrogatórios). O sistema de segurança tinha uma estrutura hierarquizada e uma organização própria, devido ao grande número de setores que o constituía. Os governos militares utilizaram e criaram inúmeras instâncias e órgãos (civis e militares) para a atuação no campo da investigação, isto é, na *produção de informações* que garantissem a manutenção do poder militar e da ordem estabelecida a partir de 1964. (...) “*Havia dois ramos de atividades de informações: a informação propriamente e a contra-informação, isto é, a tentativa de neutralizar as atividades de informações dos “inimigos”.*”(FICO, Carlos. 2001, p.80). A “matéria-prima” dessa super estrutura e organização burocrática minuciosa era a informação classificada e agrupada, a partir de critérios e questões considerados relevantes pela lógica do sistema, muitas vezes *subjetivos e irrealis*.

A Divisão de Operações (DO), Divisão de Informações (DI), a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) – extinta em 1982 no governo de Leonel Brizola, sendo criado em seu lugar o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) - a Seção de Buscas Especiais (SBE), e muitos outros órgãos estavam a serviço das investigações e averiguações solicitadas pelo governo. Ao desenvolver essas tarefas produziram documentos distintos com a finalidade de investigar e controlar grupos, associações, partidos, pessoas e as escolas de samba através de seus diretores, compositores e carnavalescos, elementos importantes desta pesquisa. Com o Ato Institucional nº 5, a manutenção do poder da “linha dura” no interior das Forças Armadas, disseminando “o terror” ao comunismo através das ações repressivas cada vez mais violentas. Para algumas interpretações historiográficas, o AI-5 “instaurou o golpe dentro do golpe”.

Da documentação existente sobre as escolas de samba no interior do conjunto de documentos produzidos pelos órgãos de informações, foram encontradas e analisadas: 1) Fichas Sintéticas (ou Juízo Sintético) que trazem um resumo das informações do cidadão investigado, como: dados pessoais, números de inscrições de documentos, filiação, antecedentes criminais, posição político - ideológica (em geral o investigado é

classificado como “democrata”, “comunista”, “esquerdista” ou “não há registros”), participação em “atividades subversivas” (classificada como “atuante” ou “simpatizante”), “conduta civil” do investigado, etc. Estas fichas intituladas e agrupadas sob título de “Informação” compõem a maioria da documentação que analisei – muitas delas classificadas como “confidencial”, “secreto”, “sigiloso” ou contendo a mensagem “o destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento”. 2) Dossiês que reúnem fichas sintéticas e processos descritivos de situações e etapas detalhadas de investigações realizadas por informantes desses órgãos durante o regime militar. 3) Prontuários compostos por pastas contendo processos e dossiês reunindo dados e descrições produzidos pelo acompanhamento de policiais e seus informantes sobre a organização do carnaval de alguns anos que incluem desde o esquema dos plantões policiais, do corpo de bombeiros e mesmo informações de possíveis ações “terroristas” e/ ou “subversivas” supostamente “planejadas” para ocorrerem durante os festejos carnavalescos. Estes Prontuários também estão classificados como “confidencial”, “sigiloso” ou “secreto”.

É no interior de ações e preocupações mais amplas tais como locais de possível “infiltração do inimigo comunista” que as informações sobre as escolas de samba estão presentes. Outra parcela da documentação que analisei é o resultado dos levantamentos de antecedentes criminais (prisões e processos), antecedentes políticos (participações em passeatas, partidos, movimentos sociais e operários, participação em células comunistas, etc.) de carnavalescos, membros das diretorias das escolas de samba e compositores, bem como, de informações reunidas sobre as eleições realizadas nos Grêmios Carnavalescos por parte de agentes dos órgãos investigativos dos governos militares, em resposta às solicitações da polícia. Nesse sentido, esses documentos são *evidências* importantes das práticas sociais de permanente vigilância da polícia política sobre as pessoas ligadas às escolas de samba, durante a Ditadura Militar.

A documentação da polícia política referente às escolas de samba é prioritariamente de cunho informativo sobre membros das escolas de samba. O maior volume de documentos é composto por fichas sintéticas com dados pessoais de carnavalescos, sambistas e presidentes de escolas, tais como: filiação, endereço, profissão e os antecedentes criminais e políticos dos mesmos. Do total de 28 documentos encontrados sobre as escolas de samba do Rio de Janeiro 25 são de fichas

sintéticas sobre pessoas, o que indica que a maior estratégia de investigação dos organismos policiais recaía sobre tais pessoas. Através da reunião de dados pessoais os militares mantinham a vigilância das ações destes, a fim de controlar possíveis articulações consideradas “ameaçadoras” ao regime. Os dados presentes nas fichas; contém muitas vezes, informações bastante anteriores ao golpe de março de 1964, demonstrando a ação minuciosa da investigação de antecedentes criminais e políticos do investigado.

As fichas não fazem apenas um levantamento de informações e dados pessoais de cada investigado estão permeadas de avaliações e juízos de valor sobre os mesmos classificados como comunistas, subversivos, agitadores. Resultados de análises e deduções superficiais com o propósito de “satisfazer” a “necessidade”, de “produzir suspeitos” e “informações” (muitas vezes sem comprovação) sobre “conspirações”, ações e movimentos contra a nova ordem estabelecida. Para isto, a investigação recua no tempo – às vezes mais de uma década – sobre atividades/ atuação/ formação/ participação mais antigas dos investigados, a fim de produzir indícios que os incriminem.

Cabe então indagar, qual a função destas fichas? Por que levantar dados e informações sobre estas pessoas? O que as tornava “suspeitas” e/ ou “ameaças” de atuação contrária ao regime militar? Por que compositores/ sambistas, carnavalescos, diretores de escolas de samba, entre outros eram avaliados como potencialmente perigosos, a ponto de serem incluídos entre os investigados? Tal prática da polícia evidencia que a rede de informantes do governo estava atenta a *todo e qualquer* setor da sociedade que estivesse diretamente ligado ou não as ações políticas ou partidárias. Por outro lado, as fichas de informação buscavam claramente relacionar os investigados (principalmente através do levantamento de antecedentes políticos) às entidades que eram alvos recorrentes da polícia política e da censura (movimento estudantil, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais).

O propósito das fichas sintéticas ultrapassava o de simplesmente coletar dados pessoais e informações políticas sobre suspeitos, serviam de controle policial indireto. Um meio dos órgãos censores demonstrarem sua presença e exercerem vigilância em todos os setores da sociedade, inclusive na diversão, como o *carnaval* e as *escolas de samba* através da investigação freqüente de seus participantes, daqueles que faziam

parte do mundo do samba. O controle não era percebido, necessariamente, por todos os componentes das escolas que participavam do dia-a-dia dos ensaios nas quadras e nos barracões, mas sim, dos que faziam parte da elaboração do carnaval e dos desfiles, daqueles que pensavam e construíaam os enredos que iam para avenida no carnaval.

A elaboração e preenchimento de fichas sintéticas tanto sobre pessoas quanto sobre os grêmios eram freqüentes, porém não foram encontradas fichas com informações de todas as escolas, dirigentes e eleições. Nem todas as escolas de samba cumpriam as exigências enviando tais informações aos órgãos investigadores do governo? Nem todas as escolas foram alvo do mesmo empenho fiscalizador e vigilante? Neste caso, por quê? Teriam sido algumas escolas/ sambistas/ diretores/ carnavalescos potencialmente considerados mais ‘perigosos’ do que outros? Se todas enviavam, onde estão estes documentos? Teriam sido extraviados no processo de arquivamento? Estas são apenas algumas das inúmeras possibilidades para explicar as lacunas existentes nesta documentação.

O mesmo “vácuo” documental ocorre com os dossiês produzidos na ditadura especificamente sobre as escolas de samba. Os dossiês são compostos por fichas sintéticas, pedidos de averiguação, relatórios, processos de investigações – solicitados e respondidos – pelos respectivos órgãos de informação, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informação (SNI), Serviço de Inteligência (SI), Divisões Especiais (DE) – existentes em todos os estados, Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), entre muito outros. Os objetivos eram averiguar possíveis ligações entre o “mundo do samba” e a política partidária, movimentos artísticos de apoio as campanhas oposicionistas ao regime militar, assim como atividades ilegais (como o jogo do bicho).

Origem: Informante

Ao: DPF-GB/DOPS-GB/CISA-RJ/ CENIMAR

Para Adidos (auxiliares):

1)Consta que as Escolas de Samba da Guanabara estão sendo sondadas por estudantes de esquerda, que pretendem infiltrar-se naquelas Agremiações com propósitos subversivos, visando conscientizar os operários a tomar posição contra o Governo da Revolução. 2)Em princípios tais elementos estão sendo rechaçados pelos sambistas, que não querem se envolver em política. 3)Os jovens citados apresentam-se nas escolas, pretendendo sair nos desfiles de carnaval integrando as chamadas Alas dos Estudantes.²

² Coleção-Setor: Secreto/ Caixa: 411/ Série-Pasta: 74/ Folha: 73 a 76 - Centro de Informações da Marinha. Em, 19/11/1970 APERJ.

Sr. Diretor Geral,

*Prosseguindo as diligências determinadas por V. S^a. No sentido “estourar” pontos de atividades contravencionais e, no momento, prioritariamente, no subúrbio de Bangu, objeto de insistentes críticas, realizei em campanha do comissário de polícia diretor Manoel Assis Duarte Bello, do detetive Natalício Ferreira de Araújo e do APJ Gilberto Gonçalves Bordallo, todos lotados neste gabinete, hoje, por volta das 10h 30min, a prisão em flagrante do indivíduo Artur Rodrigues Silva Neto, brasileiro, solteiro, filho de Paulo da Silva Ribeiro e de Jane Santana Ribeiro, residente [endereço], vendia apostas do denominado **jogo de bicho**.*

Logrando invadir o interior do referido imóvel, verifiquei tratar-se de uma “fortaleza” montada para exploração de jogos de azar, onde foi encontrado material contravencional, inclusive duas rodas. Nos fundos do salão principal do prédio[...], em compartimento separado, havia uma máquina impressora em mau estado de conservação, que teria impresso a propaganda eleitoral dos candidatos Paulo Carvalho Elias Levy, cujos prospectos encontrados no local foram arrecadados e entregues à 34^a Delegacia Policial, para as sindicâncias cabíveis, de acordo com as instruções do comissário Eduardo, de plantão do DGIE.

*Ainda no local havia grande quantidade de alegorias, fantasias e ornamentos que seriam do **Grêmio Recreativo Escola de Samba Independentes de Padre Miguel**, cujo samba enredo, **acha-se impresso na citada propaganda eleitoral**. Tais circunstâncias levam a convicção de que, realmente, aquela sociedade carnavalesca está ligada aos responsáveis pela exploração de jogos de azar (...) Assinado DGPC, em 31 de março de 1975.³*

A documentação dos órgãos de informação, ainda que escassa, traz evidências importantes de que os governos militares consideraram o mundo do samba enquanto espaço, campo, lugar de discussão e articulação política, e de “infiltração” e disseminação de idéias “subversivas” de comunistas. Tornavam-se alvo de investigações policiais e da censura na prevenção e desarticulação de ações contrárias ao regime. Para a lógica do regime militar, as escolas de samba cariocas eram vistas, em certa medida, como entidades passivas, mas suscetíveis à ação de comunistas.

As escolas de samba *não* estavam alheias ou alienadas ao processo político brasileiro durante a ditadura militar, o que pude constatar através da documentação do DOPS, ainda que nas entrevistas analisadas a aproximação entre escolas de samba e partidos políticos não foi confirmada pelos entrevistados, porém o fragmento do dossiê a seguir evidencia o contrário.

³ Coleção-Setor: DGIE/ Cx.1200/ Série- Pasta:224/ Folha: 157 a 160 Estado do RJ/ Sec. De Segurança Pública/ Superintendência de Polícia Jurídica/ Dep. Geral de Polícia Civil, Classificação: Reservado, Expedido em, 16/05/1975/ APERJ. Grifos meus.

Assunto: O PT e a Escola de Samba Unidos da Tijuca
Consta que o cantor T. convidou membros do PT, para o partido fazer-se representar na Escola de Samba Unidos da Tijuca. O convite foi dirigido a H.C. de S., secretário geral da comissão provisória/ RJ, o qual teria arregimentado cerca de 50 (cinquenta) pessoas para o desfile.
O enredo da escola baseou-se em obra de M.C.P. (cel. do Exército e ex-professor do Colégio Militar/ RJ) sendo seu conteúdo contrário às multinacionais (...)

Assunto: Escola de Samba Unidos de Vila Isabel – Aniversário de Luiz Carlos Prestes

Este Dep. Geral, em atenção ao solicitado, informa que a festa em homenagem aos 85 anos de Prestes, realizada na Escola de Samba Vila Isabel, contou com a presença de cerca de mil e quinhentas pessoas, que, com a chegada do homenageado, cantavam o slogan: “de norte a sul, de leste a oeste, o povo todo grita Luiz Carlos Prestes!”

No local foram observadas as seguintes faixas:

‘Delegação gaúcha saúda Prestes- 85 anos de história, 60 anos de luta pela paz, democracia e socialismo’;

‘Transformaremos esta homenagem pelo seu aniversário numa festa da vitória do PDT de Leonel Brizola’;

O evento contou com a participação de diversos cantores (...) Após o show musical, Prestes foi convidado a comparecer no palanque para entrevista, ocasião em que criticou o presidente João Figueiredo pela crise econômica e nosso envolvimento com o F.M.I.

Em seu discurso, Prestes teceu elogios ao povo brasileiro pela vitória no pleito de 15 de novembro, mostrando-se otimista quanto ao futuro do Brasil, que espera ser voltado para o socialismo.

Também compareceram diversos políticos, a maioria ligada ao PDT, dentre eles os deputados federais (...), os deputados estaduais (...) e os vereadores (...).

Observa-se ainda a presença dos atores (...) e de representantes de diversas agremiações, como o Instituto Cultural Brasil-África, Instituto Astrogildo Pereira e Instituto Brasileiro de Cultura Negra. (Coleção-Setor: Comunismo/ Cx. 823/ Série-Pasta: 161/ Folha: 83 a 90 Em, 14/01/1983-APERJ.)

Dentre os dossiês analisados há dados específicos sobre a participação de sambistas em movimentos artísticos (show) em favor da campanha pelas Diretas Já e Movimento e pela Anistia. A participação das escolas de samba no processo de discussão e luta política da sociedade brasileira daquele período está presente na documentação produzida pela polícia política.

Assunto: Centro Brasil Democrático (CEBRADE)

Classificação: Confidencial.

Item 1. O show artístico realizado no Rio Centro, no último dia 30 de abril durante o qual agentes do DOI/ I Exército foram vítimas de um atentado terrorista, foi organizado pela “sociedade civil” denominado Centro Brasileiro Democrático (CEBRADE).

Item 2. Criado por iniciativa de Oscar Niemayer, Ênio Silveira e Chico Buarque de Holanda, que constituíram a primeira diretoria, juntamente com Antonio Houaiss, o CEBRADE teve definidos, em maio de 1978, no Manifesto de adesão, os seguintes objetivos prioritários, preliminares:

**A anistia para todos os punidos e perseguidos políticos;*

**A supressão do AI-5 e demais instrumentos de vigentes de abuso de poder;*

**A revogação da atual Lei de Segurança Nacional;*

**A reconhecimento franco do direito de opinião e de associação, de reunião, de greve, de organização de partidos políticos e d outros direitos denominados ordinários;*

**A convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e livremente eleita (...)*

Item 10. No dia 30 de abril de 1979, o CEBRADE realizou no Rio Centro um “show beneficente de música popular brasileira” com renda para o Encontro Nacional de Líderes Sindicais.

*O organizador e apresentador foi o compositor Chico Buarque de Holanda, participaram com músicas de mensagens políticas e de protesto os seguintes cantores e conjuntos: Maria Betânia, Clara Nunes, Baby Consuelo, **Clementina de Jesus**, Cor do Som, Cristina [Buarque de Holanda] e **Velha Guarda da Portela, Dominginhos, Edu Lobo, Época de Ouro, Francis Hime, Gal Costa, Gonzaguinha, Ivan Lins, Paulinho da Viola, Martinho da Vila, Moraes Moreira, MPB-4, Peninha, Pepeu Gomes, Rosinha de Valença, Sérgio Ricardo, Simone, Sivuca, Toquinho, Zizi Posse, Ivone Lara e Ziraldo. O tema da confraternização foi “Anistia ampla, geral e irrestrita”. (Série: DGIE/ Cx. 1276/ Notação-Pasta: 299/ Folhas: 355 a 362 (Ministério do Exército/ I Exército) Em, 15/03/1981. APERJ. Grifos meus).***

A investigação, controle e censura as escolas de samba encontrava-se no contexto mais amplo das produções artísticas do período. Os GRES eram visto pela polícia política como espaços de diversão e cultura, de divulgação de idéias através das músicas, enredos, e do próprio desfile de carnaval, palco de expressão (artística) de ideologias e atuação política ativa daquele momento. (Ver: SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. 2008).

Os prontuários reúnem relatórios com caráter de investigação específica. Eram encaminhados às autoridades com a finalidade de impedir a “ação do inimigo”; ao contrário dos dossiês, os prontuários fazem um levantamento mais minucioso e específico do objeto da investigação. O único prontuário que pude analisar, referia-se a descrição detalhada das Normas Gerais de ação da polícia durante os carnavais dos anos de 1965, 1966, 1968, 1970, 1975 e 1977. A seqüência de anos me levou a deduzir que foram produzidos relatórios sobre o carnaval em todos os anos, e que estes eram anexados ao prontuário intitulado Carnaval. Isto porque, este reúne informações desde o

primeiro festejo carnavalesco sob a vigência da ditadura militar e os demais anos citados.

Dividido em seções específicas que regulamentam não só os desfiles das escolas de samba, como também dos blocos carnavalescos pela cidade, o documento denota a preocupação com a atuação da polícia neste período e com a possível ação “subversiva” e “terrorista” em locais de grande aglomeração de pessoas. O objetivo explícito do DOPS é com o controle das manifestações populares e a manutenção da “ordem” pela polícia. A partir desta perspectiva policial, o Carnaval apresenta-se enquanto possibilidade de manifestações e incitações políticas contrárias ao governo.

Um dos mecanismos mais utilizados pelos órgãos censores para o controle da diversão e suas manifestações populares, era a normatização. Através de normas estabelecidas tentava-se controlar, aprovar ou apenas fiscalizar desde os estandartes, adereços, alegorias, fantasias, até as letras de sambas enredos, marchas carnavalescas, etc. O controle e a censura atuavam através da exigência de autorização para liberação (ou não) dos blocos, sociedades e escolas de samba de acordo com as regras estabelecidas pelo governo do Rio de Janeiro e da Guanabara para terem a autorização para saírem às ruas da cidade para os festejos de momo.

Apesar de aparentemente desprovidos de objetivos políticos, as escolas de samba e demais manifestações carnavalescas da cidade, representavam uma “ameaça” à manutenção da “ordem” estabelecida pelo regime militar, e por isto também passavam por uma censura antes de saírem às ruas durante o carnaval. Instituições públicas e privadas responsáveis pela organização das escolas de samba e dos desfiles populares de carnaval pelas ruas da cidade estabeleciam regras e normas explicitamente em concordância com os órgãos policiais e censores existentes da ditadura militar.

A normatização visava, sobretudo, o controle prévio dos enredos, sambas enredos, alegorias e todos os demais elementos que compõem as escolas de samba eram rigorosamente acompanhados, passando pela crítica do censor. Para o carnaval de 1977 foram criadas as seguintes normas específicas para as escolas de sambas:

Realizar buscas de informações, particularmente no período pré-carnavalesco, visando possibilitar a SSP neutralizar, no nascedouro, qualquer ação que possa comprometer a ordem e a segurança pública. Policiar eventos onde comparecerão autoridades. (...) Policiar os locais de concentração, retirando dos desfiles elementos subversivos. (...) Vistoriar previamente arquibancadas, palanques, alegorias, tendo em vista a colocação de quaisquer petrechos que possam causar destruição.

*(Prontuário nº: 39.237/ Cx.: 3296/ Gaveta nº: 496 / Secretaria de Segurança/
Assunto: Carnaval - Resolução (SSP/ 0147/77). Em, 10/01/1977. APERJ.)*

Durante os governos militares as camadas médias da sociedade, cada vez mais, freqüentavam os ensaios e desfiles das escolas de samba ampliavam as possibilidades de disseminassem ideologias “subversivas” nos GRES através da participação de artistas, estudantes e comunistas. Tanto os sindicatos operários, quanto comunistas e estudantes constituíam alvos importantes das investigações da polícia política devido as suas manifestações contrárias ao regime militar. Assim a criação, por exemplo, de uma ala de estudantes militantes do Partido dos trabalhadores PT no GRES Protela foi causa de averiguações policiais.

Origem: Informante. Em, 29/01/1970

Ao: DPF-GB/ DOPS-GB/ CISA-RJ/ CENIMAR

Para Adidos (auxiliares):

1)Consta que as Escolas de Samba da Guanabara estão sendo sondadas por estudantes de esquerda, que pretendem infiltrar-se naquelas Agremiações com propósitos subversivos, visando conscientizar os operários a tomar posição contra o Governo da Revolução.

2)Em princípios tais elementos estão sendo rechaçados pelos sambistas, que não querem se envolver em política.

3)Os jovens citados apresentam-se nas escolas, pretendendo sair nos desfiles de carnaval integrando as chamadas Alas dos Estudantes. Coleção-Setor: Secreto/ Caixa: 411/ Série-Pasta: 74/ Folha: 76 - Centro de Informações da Marinha. Em, 19/11/1970. APERJ).

As fichas sintéticas, dossiês e prontuários que fazem parte do acervo do Arquivo Nacional de Brasília (Projeto Memórias Reveladas) é composta, principalmente, por dossiês com origem na Agencia Central de Informações ou na Agencia do Estado do RJ contendo fichas sintéticas e relatórios enviados e/ ou solicitados do Ministério das Relações Exteriores, devido ao cunho internacional, referentes a atuação de escolas de samba junto ao partido comunista no exterior Partido Comunista francês- PCF).

Assunto: Apresentação na Europa da Escola de Samba Salgueiro. Festa do Partido Comunista Francês

Os empresários franceses (...) e (...) contrataram a Escola de Samba Salgueiro para apresentações na Europa (...)

Item 5. A Embaixada do Brasil em Paris informou, em 08/jul/75, que o jornal porta-voz do Partido Comunista Francês “L’Humanité” anunciou co realce, em sua edição desta mesma data, que a Escola de Samba Salgueiro participará da “Fête des L’Humanité” (Festa do Jornal L’Humanité) e da “Fête des Libertés” (Festa das Liberdades), a realizarem-se em Paris nos dias 13 e 14/set/75, organizadas pelo Partido Comunista Francês.

Item 6. A Embaixada em Paris será instruída no sentido de procurar dissuadir as sambistas do “Salgueiro” de participarem de festas organizadas por comunistas franceses. Contudo, aparentemente a Escola de Samba ainda não partiu do Brasil, o que permitirá aos órgãos de segurança e informações, que atuam no campo interno, dissuadir desde já os sambistas dessa apresentação em favor do POF em Paris, ou de outros comunistas no exterior. (Fundos: Serviço Nacional de Informações/ Comissão Geral de Investigações/ Conselho de Segurança Nacional/ Dissiê: A0874980/ Origem: ARJ- Ministério das Relações Exteriores/ Data da Emissão: 03-09-75. (Arquivo Nacional/DF)

O acervo da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro é constituído por uma documentação muito fragmentada, com organização precária e sem catalogação. Tais evidências me levaram a questionar qual memória o Centro de Memória da LIESA preserva sobre carnaval? A obtenção destes documentos pela LIESA ocorre a partir das próprias escolas que ‘doam’ documentos e da aquisição do acervo do extinto Museu do Carnaval. A Riotur também cedeu ao Centro de Memória da LIESA alguns documentos que produziu sobre o carnaval carioca (memorandos, regulamentos, entre outros).

Apesar das inúmeras lacunas existentes, no que pese aos grêmios recreativos carnavalescos, o corpo documental da polícia política composto por fichas investigativas, dossiês e prontuários não pode ser descartado. Ao contrário, são importantes fontes comprobatórias de que a ditadura militar no Brasil estava atenta ao que as escolas de samba produziam para o carnaval, e aos seus membros participantes.

A visão aparentemente “apolítica” das escolas de samba pelo governo e tidas como “influenciáveis”, “inocentes”, espaços de “manipulação” e “infiltração de subversivos”, era reducionista, já que as escolas de samba nos anos 1970 e 1980 possuíam visibilidade internacional. Locais de debates políticos estavam sob vigilância minuciosa da polícia política e da censura inclusive no exterior.

Através das fontes da polícia política a análise e compreensão sobre a ação controladora e existente durante o regime militar, sobre as escolas de samba, trouxe à tona os mecanismos criados e utilizados por organismos policiais no exercício do controle destas agremiações carnavalescas. Assim como, a mentalidade policial- militar durante os ‘anos de chumbo’- na qual todo ou qualquer grupo, associação, instituição e pessoa eram potencialmente “inimigos” do regime militar –, o que possibilitou o estudo

do processo de vigilância e censura às escolas de samba do Rio de Janeiro entre os anos de 1964 e 1985.

A documentação produzida pelo estado e seus órgãos de investigação durante a ditadura é resultado da decisão e das ações de vigilância na medida que são vestígios dessas ações que sobreviveram. Isso significa, que o acervo do APERJ e do AN expressam, em certa medida, as ‘incertezas’/oscilações das próprias ações de vigilância, o que indica que a pressão sobre as escolas de samba não obtinha resposta idêntica de todas as escolas de samba (razão talvez porque apenas algumas respondiam às solicitações de dados e informações). Por outro lado, a ‘lacuna’ e escassez de documentação da polícia política pode indicar que alguns diretores e escolas talvez fossem favoráveis à imagem de ordem e segurança proposta pelo governo da “revolução” instaurada em 1964 no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Casa da palavra, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula. *Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985)*. In: FILHO, João Roberto Martins Filho (org). *O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EduFSCar, 2006.

AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba Enredo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O mecenato do jogo do bicho no carnaval carioca*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Série: Estudos Ciências Sociais, n. 6.

_____. *O rito e o tempo – Ensaios sobre o carnaval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CHINELLI, Filippina e SILVA, Luiz Antônio Machado da. “O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho”. Rio de Janeiro, *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, jan-abril, p: 42- 52, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras frestas: ensaios de História Social da Cultura*, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. *Ecos da Folia – Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (org). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

DA MATTA, Roberto. *O Carnaval como rito de passagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa*. Projeto História, n.10: PUC/SP, São Paulo, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIXO, Adriano de & MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (orgs). *A Ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945 – 1950)*, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias* In: O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas, João Roberto Martins Filho (org). São Carlos: EduFSCar, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Porto Alegre: Intercom 31 de agosto de 2004.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de & KHOURY, Yara Aun (org). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'água, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. Revista Brasileira de História. V: 17, nº 34, São Paulo, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954 – 1964)*, Revista Brasileira da História, São Paulo, v. 24, nº 47, p.241-70, 2004.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. *Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro*, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 12, nº 22, 1998.

MONTES, Maria Lúcia. O erudito e o que é popular ou escolas de samba: a estética negra de um espetáculo de massa. *Revista USP/ Dossiê: Sociedade de Massa e Identidade*, São Paulo, n: 32, p: 6 - 25, Dezembro/ Fevereiro, 1996/ 1997.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a música vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968- 1981). São Paulo, *Revista Brasiliense de História*, v.24, nº47, p.103-126, 2004.

_____. *O Regime Militar Brasileiro (1964 -1985)*. São Paulo: Atual, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p.3- 15.

_____. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. 2000, 145 f., Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

REIS, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil (artigo)*. Seminário Internacional sobre Impunidade e Direito à Memória, Fundação Delgado, Lisboa, 1999.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru/ SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SANTOS, Myrian Sepúlvida dos. Mangureira e Império: a carnavalização do poder pelas escolas de samba. p:115 – 144. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SANTOS, Nilton Silva dos. *Carnaval é isso aí. A gente faz para ser destruído*. 2006, 166 p., Tese de Doutorado – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia: Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, César Maurício Batista da. *Relações Institucionais das Escolas de Samba: discurso nacionalista e o samba enredo no Regime Militar (1968-1985)*. 2007, 121f., Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45/ 1969- 78)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru/ SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995.